

JORNALISMO E DETERMINAÇÃO: UM DEBATE MARXISTA

JOURNALISM AND DETERMINATION: A MARXIST DEBATE

*Mateus Coelho Martins de Albuquerque*¹

*Kauane Andressa Müller*²

*William Ricardo Boessio*³

RESUMO: Este artigo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a determinação marxista dos elementos superestruturais pelos estruturais, tomando como exemplo de análise o jornalismo, entendido aqui como fenômeno superestrutural detentor de relativa autonomia, merecedor então de pormenorizações teóricas baseadas neste aspecto. Inicialmente, o artigo propõe uma revisão do debate da determinação proposto pelos neomarxistas, especialmente quanto ao problema do Estado. Após, revisa as contribuições da Teoria do Jornalismo sobre o problema, especialmente a partir do pesquisador brasileiro Adelmo Genro Filho. Por fim, são elencadas as problematizações quanto à atualidade da prática jornalística ante a possibilidade de sua autorrealização.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Marxismo. Determinismo. Superestrutura.

ABSTRACT: This article aims to carry out a bibliographical review about the Marxist determination of the superstructural elements by the structural ones, taking as an example of analysis the journalism, here understood as a superstructural phenomenon possessing relative autonomy, deserving then of theoretical details based on this aspect. Initially, the article proposes a revision of the debate of the determination proposed by the neomarxists, especially on the problem of the State. Afterwards, he reviews the contributions of Theory of Journalism on the problem, especially from the Brazilian researcher Adelmo Genro Filho. Finally, the problematizations about the actuality of the journalistic practice before the possibility of its own realization are listed.

KEY-WORDS: Journalism. Marxism. Determination. Superstructure.

INTRODUÇÃO

Um dos pilares básicos da análise marxista da realidade reside na divisão da sociedade em mecanismos estruturais (ou infraestruturais) e super-estruturais. Os primeiros seriam os referentes à opressão econômica, à divisão da sociedade em classes; enquanto os segundos seriam formas de dominação que emanariam diretamente da estrutura de classes. Nesse sentido, a mídia, a religião, a política institucional, a cultura, as artes e as formas de estratificação individuais da sociedade seriam todos frutos, a partir de uma emanção direta da divisão da sociedade em classes sociais. Esse tipo de simplificação rendeu a muitas análises marxistas a acusação de serem excessivamente economicistas, e de operarem sobre um determinismo que impediria ao marxismo

¹ Professor universitário. Mestre em Ciências Sociais. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. <https://orcid.org/0000-0003-3015-2227>

² Jornalista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFSM. <https://orcid.org/0000-0002-5688-9385>

³ Jornalista. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. <https://orcid.org/0000-0002-5505-1505>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

garantir a autonomia de diversos elementos da sociedade que, por vezes, não estariam incluídos nessa análise totalizante. Apesar de reconhecermos que essa determinação economicista esteja presente, ao longo da história, e em diversas análises marxistas, aqui queremos apontar que o marxismo não está condicionado desde as suas origens a esse tipo de raciocínio, trazendo, para isso, considerações teóricas sobre o jornalismo que partem de viés marxista crítico ao determinismo, à simples função de manutenção do regime, seguido de uma análise sobre o cenário atual da prática dessa atividade e suas possibilidades de autorrealização sob os marcos marxistas.

Neste artigo ensaístico, pretendemos realizar uma revisão bibliográfica do debate sobre o marxismo, o jornalismo, e a determinação. Nosso objetivo aqui é demonstrar que, por mais que as definições sobre a relação entre o jornalismo e a ideologia da classe dominante não possam se dar de maneira determinada, e existe sustentação bibliográfica para isto – as dimensões do trabalho jornalístico e a sua própria posição na estrutura burguesa fazem com que suas práticas estejam embebidas de um escopo ideológico específico. No primeiro excerto, tratamos do debate geral sobre o marxismo e a determinação da estrutura sobre a super-estrutura, partindo de contribuições oriundas do campo filosófico e, principalmente, reanimadas pelos debates sociológicos sobre o caráter do Estado na sociedade capitalista. No segundo item, analisamos o desenvolvimento da questão da determinação no objeto jornalístico, tomando como princípio a revisão do pensamento do estudioso brasileiro Adelmo Genro Filho. Por fim, analisamos as condições materiais do trabalho jornalístico na estrutura capitalista contemporânea.

1 MARXISMO E DETERMINISMO

A questão do determinismo é bastante cara à obra de Althusser (2015). No seu polêmico trabalho “Por Marx”, o autor buscou romper com a ideia de que Marx, ao cunhar o materialismo histórico dialético, estaria praticando uma simples “inversão” da dialética hegeliana. Para isso, o pensador francês propôs um “corte epistemológico” no pensamento marxiano. A partir da obra “A Ideologia Alemã” (1845), Marx abandonaria o seu “hegelianismo de esquerda”, próprio de suas concepções de juventude, para formular um método seu. A “inversão” da dialética esconderia elementos relevantes ao serem transpostos à realidade. Althusser (2015) apresenta a Revolução Russa de 1917 como um destes episódios que se perderia na análise: as condições históricas que concretizam o processo revolucionário russo não são as mesmas pressupostas no processo dialético de revolução, de esfacelamento da cadeia produtiva concomitante à conscientização e organização política de trabalhadores industrializados. O processo

russo dependeu que certos “elos” de sua corrente (no caso, a sociedade cezarista feudal e a guerra imperialista) estivessem enfraquecidos ante aquela conjuntura.

Ao usar este exemplo, o pensador francês está polemizando com a ideia de que exista um “tipo ideal”, abstrato (próprio da economia política liberal) a balizar os processos sociais. Para aceitar essa inferência, é necessário perceber a relação entre estrutura e superestrutura através de mecanismos que superem a determinação imediata de uma pela outra. Apesar de manterem uma relação de constante interferência, elementos da superestrutura conservam uma autonomia relativa em relação à estrutura, além de também, dialeticamente, interferirem na própria estrutura através da história. Esse tipo variado de determinação é apresentado por Althusser (2015) como sobredeterminação, uma concepção singular de dialética em que a estrutura econômica é determinante em última instância, mas os processos que compõem essa determinação são variados e concomitantes à sua própria atuação. Diferente do processo hegeliano, em que o “resíduo” do processo dialético é mantido em partes, como um espectro, no processo dialético marxiano esse “resíduo” (que pode ser, em um processo histórico, o próprio “passado”) pode seguir de maneira firme, até por vezes intacta. O processo dialético sobredeterminado pode terminar em uma volta ao que foi passado, ou mesmo na coexistência entre duas sínteses, o que garante isso é a força relativamente autônoma dos elementos superestruturais. Desta forma, o autor estaria argumentando que existe um terreno vasto, complexo, entre as relações econômicas estruturais e sua influência nas relações superestruturais, um terreno mais fértil que leituras focadas no “determinismo economicista”.

Se extraída a relação de determinação, o que sobra do marxismo? O que propriamente definiria algo como “marxista”? Para o húngaro György Lukács, a ortodoxia marxista é definida pela proximidade ou não com o método materialista-histórico dialético, e não com as teses particulares de Marx quanto a aspectos específicos da totalidade social. Na segunda metade do século XX, um grupo de marxistas - intitulados Marxistas Analíticos - contrariou esses postulados. A leitura dos analíticos sobre a questão do método foi objeto de estudo de Perissinotto (2011). Segundo o autor brasileiro, os pesquisadores desta escola refutavam o método marxista pela sua adesão às chamadas explicações funcionais: estas explicações consideram que a ação de determinado agente gera determinada ação não intencional, e que, por sua vez, geram benefícios a um terceiro. Mesmo que ampla pesquisa empírica revele esse tipo de funcionalidade e repetição - através de padrões - não há um caminho lógico que demonstre os mecanismos que geram essas ações. Para suprir essa lacuna, os analíticos fariam uso de outros métodos das ciências sociais - como a teoria dos jogos e o individualismo metodológico - buscando uma maior fundamentação lógica na ação individual dos agentes sociais.

Assim, “a conclusão é que ou o marxismo abandona esse padrão explicativo, ou perde sua capacidade científica” (PERISSINOTTO, 2011, p. 169). Perissinotto (2011) considera essa perspectiva exagerada, por uma série de razões. A primeira delas é a de que os enunciados funcionais não formam necessariamente explicações, apenas quando demonstram regularidades classificáveis como leis, ou seja, passíveis de generalização. Além disso, o autor também aponta que abordagem funcional e explicação intencional podem caminhar juntas ou separadas conforme o fenômeno, não carecendo de uma pureza metodológica completa que elimine o pressuposto marxista de que os agentes atuam sem ter a consciência imediata de seus atos. Por fim, Perissinotto (2011) ainda lembra que as explicações funcionais não precisam ser conclusivas, e sim, trabalhos preliminares. O autor propõe a busca por caminhos metodológicos que não recaiam no dualismo entre a total eliminação das relações funcionais, propostas pelos analíticos mais radicais, e a sacralização da relação funcional entre estrutura e superestrutura das grandes conexões explicativas do marxismo ortodoxo. Para isso, se faz necessário vincular as explicações funcionais de uma empiria profunda, que não recaia em estabelecer relações causais de qualquer inferência funcional.

A questão da empiria já fomentou debates metodológicos polêmicos no campo marxista, principalmente quando se tratam de mecanismos específicos da superestrutura. No caso do Estado, um importante debate travado pelos pensadores Ralph Miliband e Nicos Poulantzas no periódico *New Left Review* reflete como a questão da determinação, no campo abstrato, caminha lado a lado com a discussão sobre a presença de empirismo, ou mesmo de traços de falseabilidade, em estudos marxistas. No caso dos dois autores, o debate esteve circunscrito à questão metodológica (BIANCHI, 2007), já que teoricamente, ambos focaram seus estudos em uma percepção que pressupõem uma autonomia do Estado no capitalismo. Entretanto, os meios pelo qual os dois autores concluíram estas inferências diferem profundamente. A crítica de Poulantzas a Miliband concentrava-se, principalmente, no fato de Miliband criticar as teses pluralistas usando o mesmo terreno epistemológico destes: Miliband não criticaria as inferências pluralistas com base na teoria marxista e sim, na falseabilidade. Isso permitiria deduzir que, em situações onde um exemplo empiricamente comprovasse a tese pluralista, a teoria marxista estaria falseada (POULANTZAS, 1975). Miliband compreenderia o Estado capitalista por suas relações interpessoais, e não por suas estruturas objetivas (POULANTZAS, 1975).

A resposta de Miliband foca na importância de se comprovar empiricamente as relações entre o Estado e a burguesia para se rebaterem as teses pluralistas. Além disso, Miliband pontua que a relação presente na crítica de Poulantzas é uma relação determinista: ao mesmo tempo em que Poulantzas prega uma autonomia do Estado, afirma que o Estado sempre vai operar estruturalmente a favor da burguesia (MILIBAND, 1975). Como podemos observar, a questão da determinação é uma

constante nos debates marxistas. Althusser propôs uma revisão, a partir de Marx, da maneira como a relação entre estrutura e superestrutura tende a ser pautada pelas leituras mais tradicionais do marxismo. Esse debate, na segunda metade do século XX, teve importante impacto nas reflexões quanto ao método de pesquisa: enquanto os marxistas analíticos propunham a manutenção do marxismo como um eixo temático que faça uso de outras perspectivas metodológicas - visando se livrar da armadilha das explicações funcionais; Miliband e Poulantzas, na questão específica do aparelho estatal, debateram a necessidade de se fazer uso de inferências empíricas quando a ausência de membros da burguesia no Estado não impediria o Estado de exercer a sua função organizadora no capitalismo. Após todos esses apontamentos, que passam diretamente pela questão da determinação da superestrutura pela estrutura, deixam aberta a pergunta: o que sobrou de Marx? Qual seria o definidor, o balizador, de uma análise marxista, após tantos questionamentos quanto à sua forma “clássica”?

Esse tipo de questionamento e proposição é vinculado a um movimento acadêmico que buscou resgatar a presença da “política” nos textos marxistas, partindo, principalmente, dos chamados “textos históricos”, como “Lutas de Classes na França”, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” e “Guerra Civil na França”. Segundo Codato (2011), esse resgate gerou, em muitos casos, uma espécie de dissociação das interpretações de Marx (bem diferente do corte epistemológico althusseriano). Essa dissociação separaria um Marx histórico, complexo, multifacetado e que dava valor à política como fenômeno intrincado de um Marx economicista, determinista e até mesmo futurólogo. É como se houvessem dois Marx, que não dialogassem entre si, formando uma contradição no cânone do autor. Codato (2011) discorda dessa inferência. O autor separa o “econômico” da “economia”. Enquanto o primeiro estaria relacionado a toda a forma de organização da sociedade, sustentado nas relações expressas através das forças produtivas, a “economia” seriam as relações imediatas, superficiais, mesquinhas, de caráter específico do que se entende por “econômico”. Assim, as “obras históricas” podem atribuir pouco papel às crises econômicas nas conjunturas políticas descritas, mas dependem, como eixo central de seus argumentos, das práticas sociais atribuídas às classes pelo seu papel na produção. Assim, segundo Codato (2011), o “econômico” pode ser visto como a manutenção do ordenamento das classes (mesmo que, para isso, a burguesia tenha de perder poder político), o condicionamento de última instância das forças sociais e a fundamentação das práticas sociais.

Esquemáticamente: a centralidade de toda a explanação está ancorada na noção de luta de classes e essa contradição entre as classes não deriva de uma oposição qualquer, mas das suas “situações econômicas” respectivas (ainda que elas possam assumir formas específicas: jurídicas, políticas, ideológicas simbólicas etc.). As análises históricas de Marx não negam essa realidade, não contornam essa tese, nem propõem outro princípio teórico diante da “primazia do econômicos”, assim entendido. (CODATO, 2011, p. 23).

Outro ponto que geralmente é posto nesta dissociação refere-se ao binômio clássico entre aparência e essência. Codato (2011) pontua que as obras do “Marx histórico” não representam um abandono desse binômio. No “18 Brumário”, as relações políticas são “desveladas” (e o uso da linguagem, sempre tratando o espaço político por pantominesco, é essencial para a construção do argumento marxiano nesta obra) para realçar as suas reais intenções: a disputa entre os grupos burgueses pelo poder, e a concessão de poder político em troca da manutenção dos interesses de classe. A questão diferencial destas obras, como aponta Codato (2011), está na importância dada à “aparência”, ou melhor, à ideologia. Essa maquiagem, fantasia, que esconde os verdadeiros interesses, não é desprezível, e sim um verdadeiro motor da história. Os elementos aparentes não são completamente atomizados, mas funcionam como ferramentas de mediação entre os diferentes espaços existentes na sociedade e a luta de classes. Cumpre um papel fundamental a forma sobre o conteúdo. Essência e aparência não possuem uma relação de antinomia, de oposição, e sim de movimento dialético sobredeterminado.

Talvez tenha ficado claro até agora que boa parte desses debates ficaram circunscritos, ao menos por muito tempo, à temática do Estado e da política. Isso não impede que ele seja replicável à outros aspectos da superestrutura, como a religião, as artes e, no caso específico deste artigo, o jornalismo. As proposições metodológicas de Miliband (1975) e Perissinotto (2011) encaminham para a discussão sobre a inserção de aspectos empíricos e falseáveis nos estudos marxistas, visando evitar determinações simples e pré-estabelecidas. No campo teórico, o recorte epistemológico de Althusser (2015) ajuda a perceber a relação entre estrutura e superestrutura como algo que supere a determinação direta, e sim assuma uma sobredeterminação, simultânea e dialética. Codato (2011), por sua vez, propõe que a presença do “econômico” em toda a análise marxista se pauta como algo mais profundo que uma simples influência dos conflitos específicos da “economia”, e sim como uma razão fundante da própria organização social, além de tratar o binômio aparência-essência não como uma antinomia, mas sim como uma relação dialética que assume papel específico no ordenamento capitalista. Todas essas proposições caminham para um mesmo sentido: a tentativa de se produzir um marxismo sofisticado, que não recaia em simplificações economicistas. Nos próximos excertos, observamos como esse debate influi na questão específica do jornalismo e da atuação dos jornalistas.

UMA TEORIA PARA O JORNALISMO COM PRESSUPOSTOS MARXISTAS CRÍTICOS

As observações feitas quanto às implicações do exercício do jornalismo na cadeia midiática inserida em sociedade muitas vezes reduzem a crítica ao lugar comum do

ato jornalístico enquanto sustentáculo do sistema capitalista. Tal assertiva, determinista como é, encontra crítica no desenvolvimento do trabalho teórico sobre o jornalismo empenhado por Adelmo Genro Filho. Militante e político marxista gaúcho, formado jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria e atuando enquanto professor de jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, Genro Filho publicou, em 1987, o livro “O Segredo da Pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo”, fruto de sua dissertação no então Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC (hoje, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política). Motivado pela carência de concepção teórica sobre o jornalismo, defende, em seu trabalho, que o jornalismo possa ser considerado uma forma social de conhecimento cristalizado no singular, “historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção.” (GENRO FILHO, 1987, p. VII). Parte sua consideração a partir do trabalho de estética de Lukács, que, com as categorias de singular, particular e universal, propunha uma equiparação entre arte e ciência como formas de conhecimento. Por conta de sua morte precoce, poucos meses após o lançamento de seu livro, uma melhor compreensão quanto a suas bases teóricas para o desenvolvimento de uma teoria do jornalismo por vias marxistas foi impactada, tornando a ganhar fôlego somente em 2015 com a tese doutoral de Felipe Simão Pontes, que virou livro com o título “Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo” (2015), de onde partem as considerações deste excerto.

Como explana Pontes (2015), Genro Filho parte do método histórico, dialético e ontológico de Marx para lastrear uma proposta de epistemologia do jornalismo. Sua preocupação, elenca, estava em compreender a natureza do jornalismo, sua gênese, as características de seu exercício e seu potencial para transformação, mais especificamente, “como o jornalismo integra-se à universalidade da história humana, tendo um momento específico de surgimento, dentro de condições específicas, mas que, dialeticamente, contribui ativamente na história das transformações do ser social” (PONTES, 2015, p. 258).

Sua proposta marxista para compreender o jornalismo não se tratava de uma análise da determinação da infraestrutura sobre a superestrutura, mas tendo como eixo central o conceito de práxis, momento de realização da crítica teórica e da prática revolucionária, e que Genro Filho interpreta como ponto de partida de uma filosofia revolucionária. Pontes (2015), ao recuperar textos escritos posteriormente a “O Segredo da Pirâmide”, encontra em “Filosofia Marxista e o Legado dos ‘Hereges’” (1988) crítica explícita a práxis política que estaria em descompasso com as proposições teóricas, de forma que os princípios do marxismo precisariam se atualizar:

Para o autor, há [...] A autoilusão marxista da superação da filosofia' a partir da ciência positiva que captaria a objetividade e a "vocação suicida das categorias e a dissolução das mediações", com a proposta de fim do direito, da filosofia, do Estado, da política, e do jornalismo – este último presente em muitas interpretações de marxistas e não em Marx – no comunismo. (PONTES, 2015, p. 264)

Assim, conclui que para compreender a empreitada teórica de Genro Filho sobre o jornalismo, é essencial ter em mente que:

O substrato que fundamenta o enfrentamento a teses marxistas que preveem o fim das categorias e das mediações mais amplas servem como arcabouço para entendermos o embate travado pelo autor com propostas marxistas que definem o jornalismo como epifen meno do capital. (PONTES, 2015, p. 271)

Tomando o jornalismo por fen meno que ultrapassa a ideologia burguesa que a gere historicamente, Genro Filho desconsidera que a ideologia repouse apenas na classe dominante, considerando a ideologia como espaço de disputa. Seriam tr s as leituras de Genro Filho quanto a utilização dos conceitos de ideologia: tece críticas às proposições positivas do jornalismo, como exercício objetivo e imparcial, capaz de descrever a realidade tão somente como observador; faz críticas às compreensões marxistas do jornalismo como produto da classe dominante, a ser descaracterizado através de uma ciência marxista; e vislumbra a "possibilidade de o jornalismo ser feito com outra ideologia, proletária e revolucionária" (PONTES, 2015, p. 315)

Ao dizer que o jornalismo é produto de uma prática profissional, respaldado por uma necessidade social pela informação, que abrange grupos que não pertencem, pois,   classe dominante, o trabalho de Genro Filho flui para a consideração do jornalismo como forma de conhecimento específico, com contornos lukacsianos, realizado como processo de mediação.

Para Genro Filho, o jornalismo chama a atenção do público para a imediatividade e objetividade do fen meno com vistas a integrá-lo a uma particularidade de mediações. Ao fazê-lo, ideologicamente toma posições, porém sem retirar o caráter fenom nico do fato social que reporta, mantendo, portanto uma margem de liberdade para o leitor traduzir e realizar as mediações para seu cotidiano. Por isso, o jornalismo não tem por tarefa apenas repetir o fen meno, mas [...] reconhecer o quadro de particularização possível em que esse fato social é produzido e será consumido pelo público. Ao dar subsídios, com base na contraditoriedade entre a singularidade da manifestação do fato e a particularidade em que foi engendrado, o jornalista pode fazer dessa tensão uma notícia com maior potencial de esclarecimento. (PONTES, 2015, p. 326)

  crítica de que os relatos jornalísticos, por sua natureza de descrição do singular, tenderiam a uma descaracterização dos fatos frente ao universo no qual são

gerados, Genro Filho argumenta que o próprio processo de conhecer a realidade ocorre paulatinamente a partir de cosmovisões pré-existentes, mas que nem por isso estão livres de enfrentamentos por perspectivas opostas. Evidenciar aspectos contrários à ordem burguesa através do jornalismo dependeria então das capacidades “teórica e técnica do jornalismo, da sua ideologia e talento, [e da] luta política interna na redação e a luta mais ampla - e fundamental - pela influência e o controle sobre os meios de comunicação» (GENRO FILHO, 1987, p. 192-193).

As possibilidades para o jornalismo desenvolvidas na teoria de Genro Filho, porém, levavam em consideração um momento tal da prática profissional em que o valor de uso do produto jornalístico detinha relativa estabilidade, dado que o autor viveu num período anterior às atuais as transformações que acometem o jornalismo e as mídias eletrônicas, de forma que uma parte dos reflexos disso podem ser melhor apreciados pela visualização do cenário enfrentado pelos trabalhadores do jornalismo.

O TRABALHADOR JORNALISTA

Se o jornalismo se apresenta como uma forma de conhecimento baseada no singular, faz-se necessário voltar o olhar para os agentes de produção da notícia. Associados à profissionais de outras áreas, como a tecnologia da informação, design e comunicadores, que trabalham com produção de conteúdo de maneira ampla, os jornalistas ocupam papel central na produção noticiosa. Parece-nos fundamental, nesse sentido, compreender a figura do jornalista enquanto profissional e trabalhador.

Embora figurem como personagens importantes, a flexibilização do trabalho dos jornalistas vem reduzindo o espaço ocupado por esses profissionais nas principais e mais tradicionais redações do país. Uma pesquisa realizada pelo site Volt Data Lab, intitulada “A conta dos Passaralhos” aponta que, entre 2012 e agosto de 2018, foram 2327 demissões de jornalistas no Brasil. Em números totais, as demissões em empresas de mídia no mesmo período chegaram a 7817. A maior parte dos jornalistas demitidos vem do Grupo Abril, que, apesar disso, mantém-se como um dos principais grupos de empresas de comunicação no país.

As organizações jornalísticas no Brasil e no mundo têm se estruturado a partir de uma lógica de terceirizações, contratos de trabalho flexíveis e da presença, especialmente, de jornalistas *freelancers* (DEUZE; WITSHGE, 2015; FIGARO; NONATO, 2017). Deuze e Witshge (2015) apontam que uma característica do trabalho dos jornalistas na atualidade é a inserção no mundo do trabalho de forma atípica. De acordo com eles, “a precariedade – tanto em termos de emprego quanto da qualidade do ambiente de trabalho – é parte da experiência vivida na redação contemporânea” (DEUZE; WITSHGE, 2015, p. 10). Além disso, o

cenário de rotatividade e desemprego exige do jornalista a capacidade de ser flexível, formando o que se convencionou chamar de jornalista empreendedor (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015). Esta se apresenta como uma característica fundamental desse profissional na atualidade, um processo quase natural e intuitivo para aqueles que buscam sobreviver no mercado de trabalho do jornalismo.

Dentro dessa gramática, tudo se passa como se as chances de trabalho dependessem de estratégias individualizadas, mobilizadas por sujeitos dispostos a aproveitar ou não as “janelas de oportunidades” e de desenhar o seu destino de maneira competitiva, inovadora e eficiente, orientados pela aquisição ininterrupta de conhecimentos e capacidades que possuem valor econômico. Nota-se aqui a valorização de uma espécie de competência subjetiva associada à atitude, autonomia e motivação, na maneira como o indivíduo se posiciona e se conduz face às mudanças do mercado de trabalho, encontrando soluções para “ultrapassar desafios” e enfrentar relações de concorrência, marcando diferenças em relação a formas de emprego tradicionais. (OLIVEIRA; GROHMANN, 2015, p. 125).

Dessa forma, as transformações de ordem organizacional que o jornalismo sofre desde seu surgimento, associadas sempre à lógica capitalista, interferiram na qualidade do produto jornalístico, que atualmente sofre ainda um processo de hibridização com o conteúdo publicitário (FIGARO; NONATO, 2017). Somado a isso, a crescente desregulamentação da profissão, cujo marco é o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, determinado em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), depois de um processo que durou quase uma década.

Diante dessa situação, o estudo do jornalismo na atualidade deve ter como eixo central o trabalho e a profissionalização do jornalista. Faz-se necessário para uma análise do jornalismo que se pretenda marxista compreender quem é esse profissional e o impacto que as relações de trabalho geram no produto jornalístico.

Para a consolidação do jornalismo enquanto forma de conhecimento, é necessário que esse profissional tenha condições de trabalho adequadas. Lacy e Rosenstiel (2015) argumentam que o número de jornalistas em uma redação reflete diretamente no material jornalístico que será produzido. Mais jornalistas terão mais tempo para investir na produção e revisão do seu trabalho, aumentando a expertise do profissional e a qualidade do produto (LACY; ROSENSTIEL, 2015). Nas redações atuais, isso não é garantido ao jornalista, que tem condições de trabalho extremamente precárias. No espaço do jornalismo digital, a situação se agrava, como demonstra o trabalho de Moretzsohn (2014). Há impacto desse trabalho no produto jornalístico e na produção de conhecimento por meio do jornalismo.

O jornalismo presencia um crescente desinvestimento na qualidade do seu produto, crescente desde os anos 1990 (MARINHO, 2011). Esse desinvestimento se

reflete nas demissões e no enxugamento das redações, na acumulação de funções dos profissionais que permanecem nesses espaços, na exigência de um jornalista multimídia, capaz de produzir um mesmo material em formatos distintos, no fetiche da velocidade e da publicação em tempo real do conteúdo *online*.

A dificuldade de produzir conteúdo de qualidade no jornalismo torna difícil também a manutenção de sua legitimidade enquanto instituição. “Percebe-se, portanto que, mais do que uma crise econômica, existe hoje uma profunda crise de reputação e credibilidade, nascida e enraizada na própria dinâmica da indústria jornalística.” (NICOLETTI, 2018, p. 9). A compreensão da relação entre o trabalho precário dos jornalistas e o tipo de produto jornalístico gerado se faz necessária para a compreensão do jornalismo como um todo. Em tempos de contestação da veracidade do material produzido pelas grandes empresas jornalísticas, o problema da qualidade do produto jornalístico se transforma em um desafio para a manutenção do jornalismo em si – ou pelo menos, o jornalismo que hoje conhecemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, pudemos observar o desenvolvimento histórico e bibliográfico do debate sobre o determinismo nas esferas super-estruturais da sociedade. Longe de abandonar a ideia de primazia da opressão econômica e da luta de classes sobre todas as formas interseccionalizadas de interação social, demonstramos que a literatura marxista demonstra, através dos debates travados sobre ferramentas como o Estado – que ganhou centralidade na questão da determinação a partir das caracterizações de Althusser e das polêmicas entre Miliband e Poulantzas – que existem nuances de complexidade que se colocam além do debate contido na dimensão econômica.

Dadas as condições da prática profissional jornalística, “a forma social de conhecimento jornalismo torna-se um bem cada dia menos disponível” (SOUZA, 2017, p. 8). Por não resultar da tarefa revolucionária e ser embebida da ideologia da classe dominante, as mídias em si perdem seu potencial revolucionário, mas o fenômeno jornalístico entendido como forma social de conhecimento pode ser visto enquanto “o desenvolvimento progressivo da consciência socialista integrante à vida dos indivíduos sociais em sua estreita interação com seu ambiente social historicamente em transformação” (MÉSZÁROS, 2008 apud SOUZA, 2017, p. 9).

Por último, ao revisarmos a literatura recente sobre a sociologia do trabalho da produção de notícias, foi possível identificar um constante processo de precarização, fundamentado na lógica da desregulamentação de direitos e disrupção da cadeira de trabalho. É curioso notar que, apesar de ampla literatura sobre a não-determinação do jornalismo, garantindo ao profissional certa agência, por vezes é apagado

do debate o fato de que esse jornalista não apenas reproduz (em última instância) a ideologia burguesa: é alvo direto de suas práticas. Isso garante ao jornalismo (e aos jornalistas) um lugar privilegiado de análise para futuros estudos: que uso faz dessa agência não determinada um sujeito que, para poder empregar-se, tem de se sujeitar à sobreposição da lógica cumulativa de maneira constante e, cada vez, mais intensa? Esperamos que essa revisão contribua para este e para outros futuros debates teóricos e empíricos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- BIANCHI, Alvaro. Trazendo o Estado de volta à teoria: o debate Poulantzas-Miliband revisitado. *Anais do 31º Encontro Nacional da ANPOCS*. Caxambu, 2007.
- CODATO, Adriano. O espaço político segundo Marx in CODATO, Adriano & PERISSINOTTO, Renato (org). *Marxismo como Ciência Social*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Além do jornalismo. *Leituras do jornalismo*, São Paulo, v.2, n.4, p.1-31, 2015.
- FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. *Contemporanea*, v. 15, n. 01, 2018, p. 47-63.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. 1987. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75390>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- LACY, Stephen; ROSENSTIEL, Tom. *Defining and Measuring Quality Journalism*. New Brunswick: Rutgers, 2015.
- MARINHO, Sandra Cristina dos Santos Monteiro. *Formação em Jornalismo numa sociedade em mudança: modelos, percepções e práticas na análise do caso português*. 2011. 546p. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2011.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O “novo ritmo da redação de *O Globo*: A prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. *Parágrafo*, v. 2, n. 2, 2014, p.58-79.
- NICOLETTI, Janara. Apontamentos sobre precarização e qualidade no jornalismo em um contexto de transformação do mundo do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1503/724>. Acesso em 24 abril 2018.
- OLIVEIRA, Michelle Roxo de; GROHMANN, Rafael. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. *Libero*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 123-132, 2015.
- PERISSINOTTO, Renato. Marx e a Teoria Contemporânea do Estado in CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. *O Marxismo como Ciência Social*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

PONTES, Felipe Simão. *Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015. 416 p.

POULANTZAS, Nico & MILIBAND, Ralph. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise. *E-compós*, [s.l.], v. 20, n. 3, p.1-15, 24 dez. 2017. E-compos. <http://dx.doi.org/10.30962/ec.v20i3.1414>.

Recebido: 26/04/2019

Aceito: 23/05/2019

